



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

PAUTA DA 5ª REUNIÃO

(4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**20/06/2018
QUARTA-FEIRA
às 14 horas e 30 minutos**

**Presidente: Deputada Elcione Barbalho
Vice-Presidente: Senadora Rose de Freitas**



Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

**5ª REUNIÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, A
REALIZAR-SE EM 20/06/2018.**

5ª REUNIÃO

Quarta-feira, às 14 horas e 30 minutos

SUMÁRIO

1ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA

FINALIDADE	PÁGINA
Discutir a violência obstétrica.	8

2ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	RVM 7/2018 - Não Terminativo -		12
2	RVM 8/2018 - Não Terminativo -		14
3	RVM 9/2018 - Não Terminativo -		17
4	RVM 10/2018 - Não Terminativo -		18

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - CMCVM ⁽¹⁷⁾

PRESIDENTE: Deputada Elcione Barbalho
VICE-PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas
(24 titulares e 24 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
MDB			
Rose de Freitas(PODE)(11)(12)(14)	ES (61) 3303-1156 e 1158	1 Valdir Raupp(11)(14)	RO (61) 3303-2252/2253
Marta Suplicy(11)(14)	SP (61) 3303-6510	2 VAGO(11)	
Airton Sandoval(11)(14)	SP	3 VAGO(12)	
Bloco Social Democrata(DEM, PSDB)			
Antonio Anastasia(PSDB)(15)	MG (61) 3303-5717	1 VAGO	
VAGO		2 VAGO	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)			
VAGO(7)		1 VAGO	
VAGO		2 VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
Regina Sousa(PT)(5)(19)	PI (61) 3303-9049 e 9050	1 Fátima Bezerra(PT)(5)(19)	RN (61) 3303-1777 / 1884 / 1778 / 1682
Ângela Portela(PDT)(5)(19)	RR	2 Gleisi Hoffmann(PT)(5)(19)	PR (61) 3303-6271
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania(PODE, PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE)			
Vanessa Grazziotin(PCdoB)(21)	AM (61) 3303-6726	1 VAGO	
VAGO		2 VAGO	
Bloco Moderador(PTC, PR, PTB, PRB)			
Vicentinho Alves(PR)(3)(31)	TO (61) 3303-6469 / 6467	1 Pedro Chaves(PR)(31)	MS
MDB			
Elcione Barbalho(4)(18)	PA 3215-5919	1 Dulce Miranda(18)	TO 3215-5530
Simone Morgado(18)	PA 3215-5440	2 Newton Cardoso Jr(9)(10)(18)	MG 3215-5932
PT			
Luizianne Lins(23)	CE 3215-5713	1 Ana Perugini(23)	SP 3215-5436
PSDB			
Shéridan(8)(28)	RR 3215-5246	1 Yeda Crusius(27)	RS 3215-5445
Bloco Parlamentar PP, AVANTE			
Iracema Portella(PP)(24)	PI 3215-5924	1 Conceição Sampaio(PSDB)(24)	AM 3215-5515
PR			
Carmen Zanotto(PPS)(32)	SC 3215-5240	1 VAGO	
PSD			
Raquel Muniz(30)	MG 3215-5444	1 Victor Mendes(MDB)(30)	MA 3215-5580
PSB			
Luana Costa(PSC)(22)	MA 3215-5324	1 Keiko Ota(22)	SP 3215-5523
PTB, SD, PROS, PSL, PRP			
Dâmina Pereira(PODE)(13)(20)	MG 3215-5434	1 VAGO	
DEM			
Norma Ayub(25)	ES 3215-5601	1 VAGO(25)(26)	
PRB			
Rosângela Gomes(6)(29)	RJ 3215-5438	1 VAGO	
PDT			
Flávia Moraes(2)(16)	GO 3215-5738	1 VAGO	

- (1) Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional
- (2) Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em 21-2-2017, conforme indicação da Liderança do PDT (Ofício nº 11, de 2017).
- (3) Retirado, como membro titular, o Senador Armando Monteiro, conforme ofício n. 38/2017 da Liderança do Bloco Moderador.
- (4) Designada, como membro titular, a Deputada Elcione Barbalho, em substituição ao Deputado Baleia Rossi, em 6-3-2017, conforme Ofício nº 95, de 2017, da Liderança do PMDB.
- (5) Designadas, como membros titulares, as Senadoras Ângela Portela e Regina Sousa em substituição, respectivamente, aos Senadores Gleisi Hoffmann e Acir Gurgacz e, como membros suplentes, as Senadoras Fátima Bezerra e Gleisi Hoffmann, em substituição, respectivamente, aos Senadores Lindbergh Farias e Fátima Bezerra, em 7-3-2017, conforme Ofício nº 25, de 2017, da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.
- (6) Designada, como membro titular, a Deputada Rosângela Gomes, em substituição ao Deputado Cleber Verde, em 14-3-2017, conforme Ofício nº 53, de 2017, da Liderança do PRB.
- (7) Designada, como membro titular, a Senadora Ana Amélia, em substituição ao Senador Benedito de Lira, e, como membro suplente, o Senador Omar Aziz, em vaga existente, em 14-3-2017, conforme Ofício nº 35, de 2017, da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista.
- (8) Designada, como membro titular, a Deputada Shéridan, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, em 16-3-2017, conforme Ofício nº 165, de 2017, da Liderança do PSDB.
- (9) Designada, como membro suplente, a Deputada Laura Carneiro, em substituição ao Deputado Daniel Vilela, em 30-3-2017, conforme Ofício nº 202, de 2017, da Liderança do PMDB.

- (10) Determinada a retirada da Deputada Laura Carneiro PMDB, na qualidade de suplente, em 13-6-2017, conforme Ofício nº 450, de 2017, da Liderança do PMDB.
- (11) Designados, como membros titulares, as Senadoras Simone Tebet, Marta Suplicy e Kátia Abreu, e como membros suplentes, os Senadores Aírton Sandoval e Valdir Raupp, em 05-04-2017, conforme indicação da Liderança do PMDB (Ofício nº 92, de 2017).
- (12) Designada, como membro titular, a Senadora Rose de Freitas, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a condição de membro suplente, em vaga existente, em 10-5-2017, conforme Ofício nº 119, de 2017, da Liderança do PMDB.
- (13) Solicitada a retirada da indicação do Deputado Eros Biondini, como membro titular, em 23-8-2017, conforme Ofício nº 264, de 2017, da Liderança do Bloco PTB PROS PSL PRP.
- (14) Designados, como membros titulares, as Senadoras Rose de Freitas e Marta Suplicy e o Senador Aírton Sandoval; e, como membro suplente, o Senador Valdir Raupp, em 28-11-2017, conforme Ofício nº 214, de 2017, da Liderança do PMDB.
- (15) Designado, como membro titular, o Senador Antonio Anastasia, em 28-11-2017, conforme Ofício nº 247, de 2017, da Liderança do PSDB.
- (16) Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em 28-11-2017, conforme Ofício nº 158, de 2017, da Liderança do PDT.
- (17) Em virtude da promulgação da Resolução nº 2, de 2017, foi alterada a composição da Comissão Permanente de Combate à Violência contra a Mulher, razão pela qual houve novas indicações das lideranças, a partir de 22-11-2017.
- (18) Designadas, como membros titulares, as Deputadas Elcione Barbalho e Simone Morgado; e, como membros suplentes, a Deputada Dulce Miranda e o Deputado Newton Cardoso Jr, em 29-11-2017, conforme Ofício nº 803, de 2017, da Liderança do PMDB.
- (19) Designadas, como membros titulares, as Senadoras Regina Sousa e Ângela Portela; e, como suplentes, as Senadoras Fátima Bezerra e Gleisi Hoffmann, em 29-11-2017, conforme Ofício nº 119, de 2017, da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.
- (20) Designada, como membro titular, a Deputada Dâmina Pereira, em 29-11-2017, conforme Ofício nº 344, de 2017, da Liderança do Bloco PTB/PROS/PSL/PRP.
- (21) Designada, como membro titular, a Senadora Vanessa Grazziotin, em 29-11-2017, conforme Ofício nº 94, de 2017, da Liderança do Bloco Democracia e Cidadania.
- (22) Designadas as Deputadas Luana Costa e Keiko Ota, respectivamente, como membro titular e suplente, em 29-11-2017, conforme Ofício nº 243, de 2017, da Liderança do PSB.
- (23) Designadas as Deputadas Luizianne Lins e Ana Perugini, respectivamente, como membro titular e suplente, em 30-11-2017, conforme Ofício nº 611, de 2017, da Liderança do PT.
- (24) Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella; e, como membro suplente, a Deputada Conceição Sampaio, em 5-12-2017, conforme Ofício nº 291, de 2017, da Liderança do Bloco PP/AVANTE.
- (25) Designada, como membro titular, a Deputada Norma Ayub; e, como membro suplente, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em 5-12-2017, conforme Ofício nº 390, de 2017, da Liderança do DEM.
- (26) Solicitada a retirada da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, como membro suplente, em 1-03-2018, conforme Ofício nº 44 de 2018, da Liderança do Democratas.
- (27) Designada, como membro suplente, a Deputada Yeda Crusius, em vaga existente, em 6-12-2017, conforme Ofício nº 850, de 2017, da Liderança do PSDB.
- (28) Designada, como membro titular, a Deputada Shéridan, em 6-12-2017, conforme Ofício nº 848, de 2017, da Liderança do PSDB.
- (29) Designada, como membro titular, a Deputada Rosângela Gomes, em 6-12-2017, conforme Ofício nº 191, de 2017, da Liderança do PRB.
- (30) Designada, como membro titular, a Deputada Raquel Muniz; e, como membro suplente, o Deputado Victor Mendes, em 6-12-2017, conforme Ofício nº 575, de 2017, da Liderança do PSD.
- (31) Designado, como membro titular, o Senador Vicentinho Alves; e, como suplente, o Senador Pedro Chaves, em 12-12-2017, conforme Ofício nº 117, de 2017, da Liderança do Bloco Moderador.
- (32) Designado, como membro titular, o Deputado Carmem Zanotto, em 1-3-2018, conforme Ofício nº 27, de 2018, da Liderança do Partido da República- PR.

REUNIÕES ORDINÁRIAS:
 SECRETÁRIO(A): GIGLIOLA ANSILIERO
 TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3504
 FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
 E-MAIL: cocm@senado.leg.br



CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA
A MULHER

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA

Em 20 de junho de 2018
(quarta-feira)
às 14h30

PAUTA
5ª Reunião

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - CMCVM

PRESIDENTE: Deputada Elcione Barbalho

RELATOR: Deputada Luizianne Lins

VICE-PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas

1ª PARTE	Audiência Pública Interativa
2ª PARTE	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

1ª PARTE**Audiência Pública Interativa****Assunto / Finalidade:**

Discutir a violência obstétrica.

Observações:

Transmissão ao vivo e participação popular em <http://senado.leg.br/ecidadania>

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RVM 4/2017](#), Deputada Luizianne Lins

Convidados:

Ministério da Saúde

Conselho Federal de Medicina - CFM

Rede pela Humanização do Parto e Nascimento - REHUNA

Associação Artemis

Associação das Doulas do DF

Sílvia Badim Marques

- Doutora em Saúde Pública

Renata Reis

- Médica Ginecologista e Obstetra

Hellen Cristhyan

- Representante da Casa Frida e integrante do Fórum de Mulheres do DF e Entorno

2ª PARTE**PAUTA****ITEM 1****REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 7 de 2018**

Requer a realização de diligência no estado do Rio Grande do Sul para discutir sobre os impactos das leis da guarda compartilhada e alienação parental enquanto mecanismos de violência de gênero e institucional.

Autoria: Deputada Luizianne Lins

Textos da pauta:
[Requerimento \(CMCVM\)](#)

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 8 de 2018

Requer a realização de audiência pública para discutir a aplicabilidade da Lei 13.642/2018 - Lei do Lola.

Autoria: Deputada Luizianne Lins

Textos da pauta:
[Requerimento \(CMCVM\)](#)

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 9 de 2018

Aditar o Requerimento 4/2017, para incluir convidadas na audiência pública para discutir a violência obstétrica.

Autoria: Deputada Luizianne Lins

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 10 de 2018

Requer a realização de um Seminário Internacional para discutir os desafios, possibilidades e efeitos da guarda compartilhada.

Autoria: Deputada Luizianne Lins

1ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA

1

**RVM
00004/2017**

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher

**REQUERIMENTO Nº , DE 2017.
(Da Sra. Luizianne Lins)**

**Requer a realização de audiência
pública para discutir a violência
obstétrica.**

JUSTIFICATIVA

A violência obstétrica apesar de ser um tema pouco discutido está presente no cotidiano das mulheres como as demais formas de violência e se caracteriza pela apropriação do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres pelos profissionais de saúde, se apresentando desde a negação de atendimento, ou do mesmo de forma não humanizada, passando pelo abuso de medicações, ao impedimento de escolha da forma e local da realização do parto e da proibição de acompanhante. Todas essas atitudes e muitas outras decorrentes do atendimento e contato de profissionais e pacientes podem gerar diferentes reações na mulher, algumas inclusive, semelhantes as relacionadas ao estupro, como rejeição ao corpo, temor às relações sexuais e nova gravidez, pois estão diretamente ligadas a liberdade sexual e reprodutiva, qualidade de vida, saúde e cidadania.

Segundo o Ministério Público de São Paulo, além da violência obstétrica ser recorrente, a obstetrícia é a área médica com maior infração no mundo, seja por lesões corporais ou feminicídio. O parto é um momento de extrema relevância e significância para as mulheres, onde ela exerce de forma específica o seu protagonismo na maternidade, carecendo de cuidados, acolhimento e atenção, a fim de garantir a tranquilidade da dupla mãe e bebê. Para tal, se faz necessário ter uma assistência qualificada desde o período pré-natal, uma equipe que garanta os direitos, respeite a autonomia, individualidade, cultura da mulher, que a ajude tornar essa jornada mais humana e até prazerosa, eliminando a dor e sacrifício que muitas vezes vem sendo naturalizadas como inerentes ao processo.

Dessa forma, muitas mulheres mesmo afirmando o desejo de realizar parto normal, acabam optando por um procedimento cirúrgico, erroneamente



CD/17298.63931-60

divulgado como indolor e desconhecendo seus riscos. A Pesquisa Nascer no Brasil, publicada pela Fundação Fiocruz, em 2014, demonstrou que quase 70% das mulheres entrevistadas tinham o parto normal como primeira opção, porém 52% dos nascimentos no Brasil ocorrem via cirurgia cesariana. No setor público, 46% dos nascimentos decorrem de cesarianas; já no sistema suplementar e privado, o índice sobe para 88%. O Brasil é o país que mais realiza esse tipo de cirurgia em todo o mundo, ignorando a recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS), de que as cesarianas não excedam 15% do total de nascimentos, uma vez que estudos internacionais demonstram riscos tanto para a saúde da mãe quanto para a do bebê se realizado sem justificativa e fora do trabalho de parto.

O Conselho Federal de Medicina por meio da Resolução 2.144/2016, determina que as cesarianas eletivas só poderão ser realizadas a partir da 39ª semana de gravidez. O estudo realizado pelo Colégio Americano de Obstetras e Ginecologistas (ACOG), em 2013, constatou que um bebê é considerado a termo no período que vai de 39 semanas a 40 semanas e 6 dias. Antes disso, os bebês que nascem a partir da 37ª semana, antes do trabalho de parto, possuem maior possibilidade de apresentar problemas respiratórios, como a síndrome do desconforto respiratório; dificuldades para manter a temperatura corporal e para se alimentar, além de poder causar icterícia e, em casos severos, gerar danos cerebrais; assim como problemas de visão e audição. É preciso proteger o bebê e reduzir a prematuridade. No entanto no caminho inverso assistimos à tramitação do Projeto de Lei nº5687, o qual legitima a liberação de cirurgias cesarianas eletivas realizadas a partir das 37 semanas de gestação, contrariando todas as evidências científicas que apontam os prejuízos para mãe e, principalmente para o bebê.

Diante do exposto venho requerer a aprovação dessa Comissão para realizar audiência pública para discutir sobre mais essa forma de violência vivida pelas mulheres. Sugerimos como participantes da audiência, convidar representantes do Ministério da Saúde – MS; Conselho Federal de Medicina – CFM; Rede pela Humanização do Parto e Nascimento – REHUNA e Artemis, organização comprometida com a promoção da autonomia feminina, prevenção e erradicação de todas as formas de violência contra as mulheres, sobretudo a violência obstétrica.

Sala da Comissão, em de setembro de 2017

Luizianne Lins
Deputada Federal PT/CE
Relatora



CD/17298.63931-60



2ª PARTE - DELIBERATIVA

1

RVM
00007/2018

COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
REQUERIMENTO Nº DE 2018.
(Da Sra Luizianne Lins)

Requer a realização de diligência no estado do Rio Grande do Sul para discutir sobre os impactos das leis da guarda compartilhada e alienação parental enquanto mecanismos de violência de gênero e institucional.



JUSTIFICATIVA

Enquanto relatora da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher recebemos demandas e denúncias de mães, entidades da sociedade civil organizada e Comissão de Direitos Humanos do estado do Rio Grande do Sul sobre a violência que algumas mulheres estão sofrendo a partir de dificuldades frente a situação de compartilhamento da guarda de crianças e adolescentes.

Entendendo que é objetivo dessa Comissão, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil; apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência; propor projetos de lei na garantia dos direitos das mulheres; e fomentar debates e discussões sobre o enfrentamento e combate à violência contra a mulher, requeremos o apoio das nobres pares para a realização de uma visita ao Estado do Rio Grande do Sul para discutir os impactos que a obrigatoriedade da guarda compartilhada está tendo na vida das mulheres. Na certeza que ações como essas são fundamentais para cumprir as propostas sugeridas, apresentadas e aprovadas no Plano de Trabalho da Comissão.

Sala das Comissões, de maio de 2018.

Luizianne Lins

Deputada Federal – PT/CE

2ª PARTE - DELIBERATIVA

2

RVM
00008/2018

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher

REQUERIMENTO Nº , DE 2017.
(Da Sra Deputada Luizianne Lins)

Requer a realização de audiência pública para discutir a aplicabilidade da Lei 13.642/2018 – Lei do Lola.

Requeremos, com base no art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 3º, inciso III e V, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2014, a realização de audiência pública para discutir modelos e resultados das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

JUSTIFICATIVA

A Lei Lola foi sancionada pela Presidência da República em 03 de abril e possui o número 13.642/2018, ela atribui à Polícia Federal a investigação de crimes praticados na internet que difundam conteúdo misógino.

A proposta da Lei foi inspirada no caso da professora universitária e blogueira feminista Lola Aronovich, alvo de uma campanha cibernética difamatória e perseguição física sem que os criminosos tenham sido descobertos. Os números de mulheres que sofrem ataques dessa natureza são assustadores. Somente entre 2015 e 2017, foram contabilizados 127 suicídios por crimes na internet contra a honra.



CD/18519.54819-35

Nesse sentido, propomos para a realização da audiência pública e convidamos:

1. **Lola Aronovich** – Professora da Universidade Federal do Ceará e autora do Blog Escreva Lola Escreva;
2. **Juliana Cunha** – Coordenadora de Serviço de orientação para meninas e mulheres que sofreram violência na Internet – SaferNet;
3. **Bia Barbosa** – Observatório do Direito a Comunicação Intervenções;
4. **Mila Landin Dumaresq** – Consultora de direitos humanos do Senado Federal;
5. **Representante da Polícia Federal;**
6. **Representante do Ministério Público Federal.**

Sala das Comissões, de maio de 2018

Luizianne Lins

Deputada Federal – PT/CE



CD/18519.54819-35

2ª PARTE - DELIBERATIVA

3

2ª PARTE - DELIBERATIVA

4